

# Opções abertas para uma fase 4, se necessária

Há dúvidas quanto à possibilidade de que o pacote de reescalonamento da dívida brasileira, acertado pelo presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, com os bancos internacionais, possa ser efetivamente concluído ainda no atual governo. Como cerca de seiscentos bancos de todo o mundo devem dar a sua concordância expressa e como a sétima carta de intenção deve ser aprovada pelo "board" do Fundo Monetário Internacional (FMI) preliminarmente à finalização do acordo, é bastante provável que caberá a funcionários nomeados pelo presidente Tancredo Neves a incumbência de assiná-lo.

Seria preferível que todos os documentos relativos à fase 3 da renegociação da dívida fossem firmados antes de 15 de março, mas isso apenas por aspectos formais. A assinatura antes da posse do novo presidente da República não exime o próximo governo brasileiro do cumprimento dos termos do acordo e não afasta a presunção de que ele foi concluído

com o seu assentimento, pelo menos tácito.

De qualquer forma, o fato de o governo Tancredo Neves não ter de desencadear um processo de renegociação da dívida externa nas primeiras semanas de seu mandato, cabendo-lhe, no máximo, formalizar um acordo negociado inteiramente sob a responsabilidade do governo Figueiredo, pode representar uma vantagem sob diversos pontos de vista.

Em primeiro lugar, para a condução de negociações de tanta relevância, seria indispensável que o novo governo estivesse perfeitamente a par da real situação das finanças públicas e, especialmente, das contas externas. Naturalmente, toda administração que assume necessita de algum tempo para fazer seus próprios levantamentos e avaliar a dimensão dos problemas, trabalho que seria muito prejudicado se os futuros responsáveis pela condução da política econômica se vissem imediatamente empenhados em uma complexa renegociação externa.

Convém lembrar ainda que o

encaminhamento da questão da dívida não pode ser desvinculado do conjunto da política econômica. E, apesar de tudo o que se afirma e das proposições ultimamente apresentadas, a orientação do governo Tancredo Neves no campo econômico só será delineada nos próximos meses, dependendo muito da situação que o novo presidente vai encontrar.

Isso não significa, de forma alguma, que as negociações com os banqueiros não possam vir a ser retomadas a médio prazo. Quanto a isso, Tancredo Neves, como candidato e como presidente eleito, tem sido perfeitamente claro. Ele tem dito sempre que o Brasil, como tem feito ao longo de sua história, não pretende deixar de honrar os seus compromissos internacionais, mas não pode, ao mesmo tempo, ser cerceado quanto às suas expectativas de crescimento. O presidente eleito disse mesmo, sem rebuços, que dinheiro se paga com dinheiro, e não com o suor e a fome do povo, frase de grande repercussão inclusive na imprensa internacional e que foi,

sob roupagem diplomática, repetida nos contatos mantidos no exterior.

Se, portanto, o acordo negociado pelo governo Figueiredo mostrar-se impossível de cumprir ou se seu cumprimento implicar retorno a uma retração econômica intolerável para a Nação, as renegociações serão reabertas, quase certamente a partir de entendimentos de alto nível de governo para governo, os quais deverão preceder as conversações com os bancos internacionais.

Mas isso somente ocorrerá, pelo que podemos agora entrever, se o Brasil e outros países latino-americanos fortemente endividados forem lançados em uma nova crise cambial em função do decréscimo de suas exportações ou de uma alta excepcional dos juros no mercado externo. É justamente por isso que o protecionismo e a questão dos juros internacionais têm sido insistentemente mencionados pelo presidente eleito em seus encontros com chefes de governo estrangeiros.